

MENOS CRÉDITO ÀS EMPRESAS NO 2º TRIM/23

OUTUBRO/2023

CONSELHO DO IEDI

<i>Conselheiro</i>	<i>Empresa</i>
Alberto Borges de Souza	Caramuru Alimentos S.A.
Amarílio Proença de Macêdo	J.Macêdo Alimentos S.A.
Bruno Uchino	Unipar Carbocloro S.A.
Carlos Eduardo Sanchez	EMS - Indústria Farmacêutica Ltda.
Cláudio Bardella	Bardella S.A.
Dan Ioschpe <i>Presidente</i>	Ioschpe-Maxion S.A.
Daniel Feffer	Grupo Suzano S.A.
Décio da Silva	WEG S.A.
Eduardo de Salles Bartolomeo	Vale S.A.
Eduardo Fischer	MRV S.A.
Erasmus Carlos Battistella	BSBio S.A.
Eugênio Emílio Staub	Conselheiro Emérito
Flávio Gurgel Rocha	Confecções Guararapes S.A.
Francisco Gomes Neto	Embraer S.A.
Guilherme Johannpeter <i>Vice-Presidente</i>	Gerdau S.A.
Hélio Bruck Rotenberg	Positivo Informática S.A.
Henri Armand Slezynger	Unigel S.A.
Horacio Lafer Piva	Klabin S.A.
João Guilherme Sabino Ometto	Grupo São Martinho S.A.
José Roberto Ermírio de Moraes	Votorantim Participações S.A.
Josué Christiano Gomes da Silva	Coteminas S.A.

CONSELHO DO IEDI

<i>Conselheiro</i>	<i>Empresa</i>
Lírio Albino Parisotto	Videolar S.A.
Lucas Santos Rodas	Companhia Nitro Química Brasileira S.A.
Luiz Alberto Garcia	Algar S.A.
Luiz Cassiano Rando Rosolen	Indústrias Romi S.A.
Marcelo Facchini	Facchini S.A.
Marcelo Faria de Lima	Metalfrio S.A.
Marcelo Milliet	Paranapanema S.A.
Marco Stefanini	Stefanini S.A.
Marcos Lutz	Ultrapar Participações S.A.
Paulo Diederichsen Villares	Membro Colaborador
Pedro Luiz Barreiros Passos	Natura Cosméticos S.A.
Raul Calfat <i>Vice-Presidente</i>	Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A.
Ricardo Steinbruch	Vicunha Têxtil S.A.
Roberto Bischoff	Braskem S/A
Roberto Caiuby Vidigal	Membro Colaborador
Rodolfo Villela Marino	Itaúsa S.A.
Rubens Ometto Silveira Mello	Cosan S.A.
Salo Seibel <i>Vice-Presidente</i>	Dexco S.A.
Sergio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães	Monteiro Aranha S.A.
Victório De Marchi	AmBev S.A.
Wilson Brumer	Mover Participações S.A.

MENOS CRÉDITO ÀS EMPRESAS NO 2º TRIM/23

Introdução.....	5
Crédito ampliado ao setor privado não-financeiro.....	7
Evolução do estoque de crédito do SFN	12
Evolução do crédito corporativo por setor econômico e porte da empresa	19
Evolução real das concessões	23
Juros e inadimplência.....	29

MENOS CRÉDITO ÀS EMPRESAS NO 2º TRIM/23

Introdução

De acordo com os dados divulgados pelo BCB, no 2º trimestre de 2023, as novas concessões de crédito do sistema financeiro nacional (SFN) somaram R\$1.445,2 bilhões (média mensal de R\$ 481,7 bilhões), o que representa uma diminuição real de -0,9% em relação a igual trimestre de 2022, já descontada a inflação segundo o IPCA.

Essa retração foi impulsionada pelas operações de crédito das pessoas jurídicas (-5,2%), não inteiramente compensada pelo modesto crescimento das novas concessões às pessoas físicas (+2,7%). Cabe ressaltar o forte arrefecimento no ritmo de crescimento do crédito às famílias em comparação com o 1º trim/23 (+16%).

No caso das empresas, o declínio das concessões se concentrou no segmento de livre pactuação dos juros e demais condições, com recuo de -6,5% na comparação com o 2º trim/23, em razão do efeito-contágio remanescente da crise das Americanas, que agravou o já complicado contexto geral de níveis elevados de juros e de baixo dinamismo do PIB.

Entre as principais modalidades desta parcela do crédito, os piores resultados ocorreram em: desconto de cheque (-46,7% ante 2º trim/22), financiamento de importação (-41,7%), aquisição de outros bens (-24,1%), capital de giro (-23,7%) e em operações conhecidas como “risco sacado”: desconto de duplicata (-15,6%) e antecipação de fatura de cartão (-10,5%), particularmente afetadas pelo já mencionado efeito-contágio das Americanas.

Em contraposição, no segmento livre, as concessões às famílias registraram aumento real da ordem de +6,5% no 2º trim/23 ante o 2º trim/22. Contudo, esse movimento foi concentrado em poucas modalidades: aquisição de veículos (+4,0%), estimulada pelo programa do governo de redução de impostos na compra destes bens, além de cheque especial (+3,2%) e cartão de crédito (+3,0%).

Assim, graças às concessões livres às famílias, o montante total de novas operações de crédito do SFN registrou variação real de +3,1% em jan-jun/23 frente a igual período do ano anterior. Em seu agregado, as operações junto às famílias cresceram +8,9%, impulsionadas pela alta de +10,9% de seu segmento livre.

Em contraste, as novas concessões às empresas andaram na direção oposta e encolheram, em termos reais, -3,6%, em virtude da queda no volume de novas operações no segmento de crédito livre (-5,2%). Este movimento foi amortecido pelo crédito corporativo

com recursos direcionados, cujas novas concessões registraram: +14,6% ante o 2º trim/22 e +22,1% ante jan-jun/22.

Na carteira de crédito direcionado às empresas, o destaque foram as operações classificadas como “outro” (composições de dívidas, financiamentos do Pronampe etc.), que registram taxas expressivas de expansão: +216,1% ante o 2º trim/22 e +171% no acumulado do primeiro semestre de 2023 frente ao mesmo período do ano passado.

Os juros têm sido um obstáculo para o crédito fluir pelo sistema econômico. Nas novas concessões, a média real das taxas de empréstimo no 2º trim/23 atingiu 27,3% ao ano (a.a.), implicando elevação de +13 p.p. ante o 2º trim/22 e de +2,5 p.p. frente ao trimestre precedente. No período jan-jun/23, a média real de juros registrou alta de 11,9 p.p. ante igual período do ano de 2022. Tanto o crédito às empresas como o crédito às famílias tiveram avanços de dois dígitos no período.

A piora das condições de crédito reflete o crescimento da inadimplência, mas também a agrava. Mesmo quando renegociadas as dívidas em atraso, a deterioração da análise de risco do tomador tende a se traduzir em maiores taxas de empréstimos.

No 2º trimestre de 2023, o percentual de operações com atraso de 90 dias no estoque de crédito total alcançou 3,6%, impulsionado, sobretudo, pela elevação da inadimplência das empresas tanto no segmento de crédito livre como no de crédito direcionado. É um sinal do quadro de baixo dinamismo econômico e dos juros elevados.

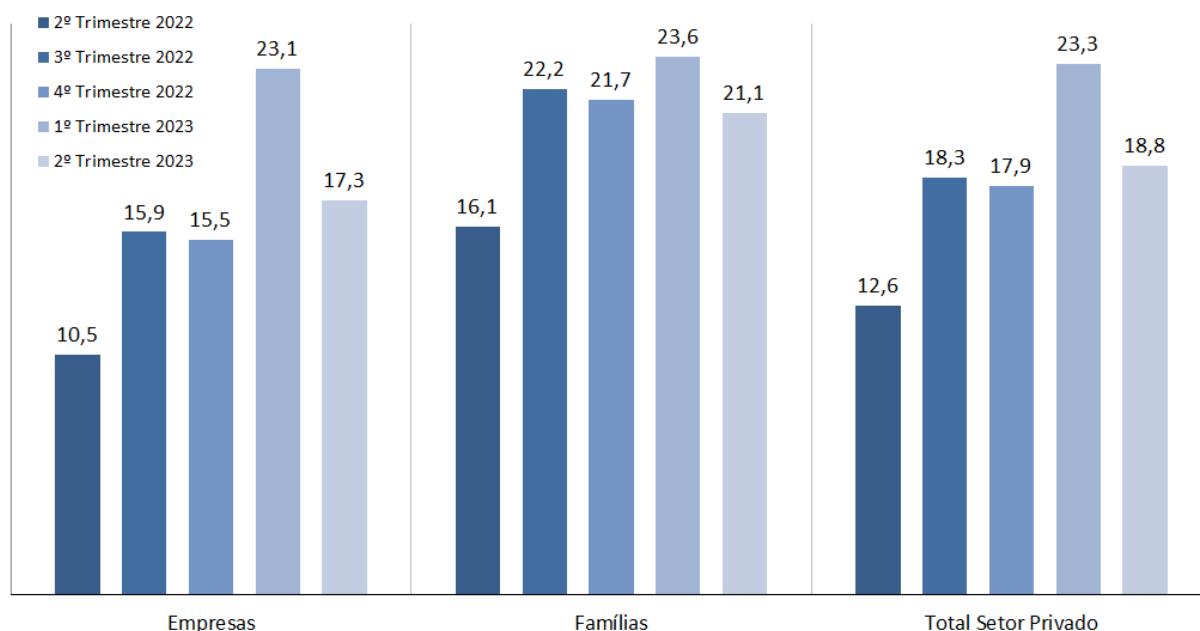
A inadimplência das famílias que é, em geral, superior ao das empresas, também subiu, mas bem menos. Entre os fatores que podem ter contribuído para isso estão o aumento dos rendimentos reais associado à desaceleração da inflação, a melhora do emprego e também ações de política, como a elevação dos valores dos benefícios do novo programa Bolsa Família. Se o programa Desenrola vier a deslanchar, trará mais uma importante contribuição.

Crédito ampliado ao setor privado não-financeiro

De acordo com as estatísticas de crédito do Banco Central do Brasil, o estoque de crédito ampliado ao setor privado não financeiro atingiu R\$ 8,5 trilhões no 2º trimestre de 2023. Esse conceito de crédito inclui tanto o saldo das operações de crédito contratadas pelas empresas e pelas famílias no mercado financeiro doméstico como o saldo da dívida externa, resultante das captações de recursos junto a não residentes, mediante a contração de empréstimos e da emissão de títulos de dívida.

Na comparação com igual trimestre do ano anterior, o estoque do crédito ampliado ao setor privado não financeiro registrou variação real de 18,8% no período de abril a junho do corrente ano, quando deflacionado pelo IPCA. Frente ao trimestre precedente, contudo, a evolução do saldo do crédito ampliado ao setor privado no 2º trimestre perdeu dinamismo, com recuo da ordem de -4,5p.p., devido, sobretudo, à desaceleração das operações de crédito com empresas (-5,8p.p.) bem mais intensa do que a verificada no estoque do crédito destinado às famílias (-2,5p.p.).

Evolução do estoque de crédito ampliado ao setor privado não financeiro
Variação real - Igual trimestre do ano anterior (em %)

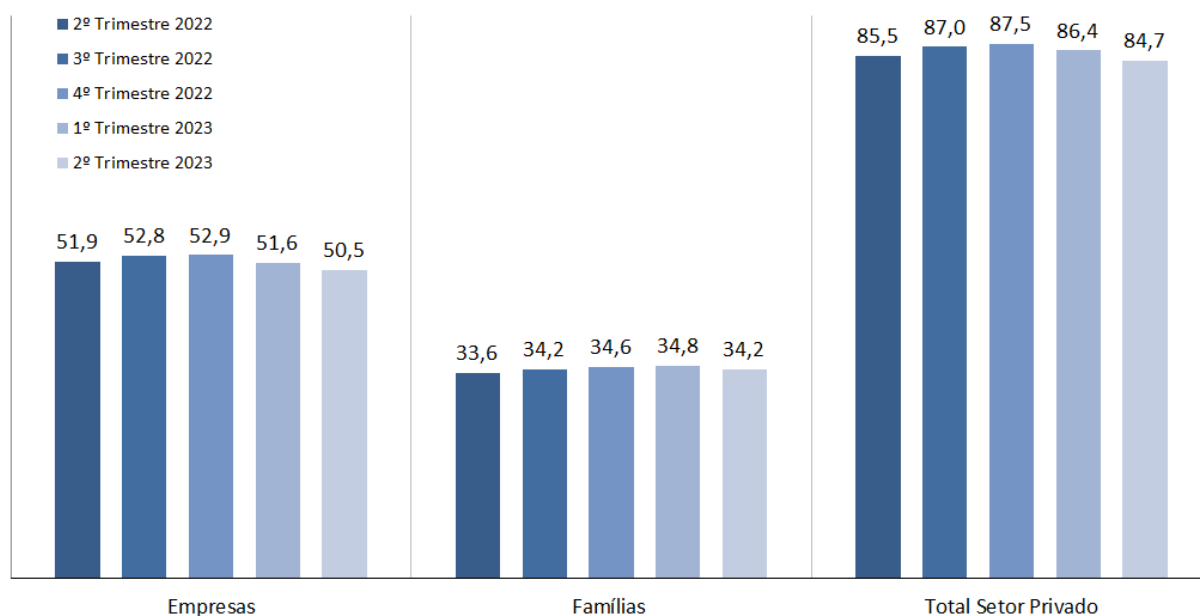


Fonte: BCB. Elaboração: IEDI.

Essa desaceleração se traduziu em recuo, todavia, no saldo total do crédito ampliado ao setor privado não financeiro em porcentagem do PIB (84,7%), com queda de 0,8 ponto

percentual (p.p.) frente ao 2º trimestre do ano anterior e de -1,7p.p. em comparação com o trimestre precedente (86,4%).

Estoque de crédito ampliado ao setor privado não financeiro Em % do PIB



Fonte: BCB. Elaboração: IEDI.

No corte por tipo de tomador, observa-se que o estoque do crédito ampliado para as empresas em termos do PIB diminuiu na comparação interanual (-1,4p.p.), enquanto o estoque do crédito ampliado para as famílias cresceu 0,6p.p. nessa mesma base de comparação. Ante ao trimestre imediatamente anterior, ocorreu retração no 2º trimestre de 2023 tanto no estoque de crédito ampliado concedido às empresas (-1,1p.p.) como no estoque de crédito ampliado às famílias (-0,6p.p.).

O mercado doméstico, responsável por 79,4% do estoque do crédito ampliado ao setor privado não financeiro, registrou expansão real da ordem de 20,7% na base de comparação interanual e de 1,4% frente ao trimestre imediatamente anterior. Nos seis primeiros meses do ano, o aumento real do estoque de crédito doméstico foi da ordem de 4,2% frente a 2022.

Esse crescimento expressa, sobretudo, a ampliação do saldo das operações com títulos de dívida direta no mercado doméstico, que alcançou R\$ 1,4 trilhão, registrando variação real de 33,2% frente ao 2º trimestre de 2022 (R\$ 1,1 trilhão) e de 1,4% frente ao trimestre

precedente. No ano, o saldo das operações com títulos de dívida privada no mercado doméstico cresceu 7,5% em termos reais na comparação com o final do ano anterior.

Em consequência dessa expansão, a participação do saldo dos títulos domésticos no saldo total do crédito ampliado ao setor privado não financeiro se elevou a 16,9%, incremento de 1,8p.p. na comparação com igual trimestre do ano anterior.

As operações de empréstimos e financiamentos no mercado doméstico se mantiveram no 2º trimestre de 2023 como a principal modalidade de crédito, com participação 62,4% no total do estoque de crédito ampliado ao setor privado não-financeiro. Na comparação com o 2º trimestre do ano anterior, o estoque dos empréstimos e financiamentos no mercado doméstico registrou expansão real da ordem de 17,7%. Frente ao trimestre precedente, o saldo dos empréstimos e financiamentos no mercado doméstico registrou variação real de 1,4%. No ano (janeiro a junho), o saldo dos empréstimos e financiamentos no mercado doméstico cresceu 3,2% em termos reais ante ao final do ano anterior.

Crédito ampliado ao setor privado não financeiro no 1º Trimestre de 2023

	Mercado doméstico			Dívida Externa			Total
	Empréstimos e Financiamentos ¹	Títulos de Dívida ²	Total Doméstico	Empréstimos ³	Títulos ⁴	Total externo	
Saldos em valores reais⁵							
2º Trimestre 2022	4.507,1	1.080,5	5.587,6	1.470,2	94,2	1.563,1	7.150,8
1º Trimestre 2023	5.227,9	1.419,0	6.646,9	1.641,7	86,2	1.727,7	8.373,6
2º Trimestre 2023	5.303,4	1.439,5	6.742,9	1.665,4	87,2	1.752,6	8.494,6
Participação relativa							
2º Trimestre 2022	63,0	15,1	78,1	20,6	1,3	21,9	100,0
1º Trimestre 2023	62,4	16,9	79,4	19,6	1,0	20,6	100,0
2º Trimestre 2023	62,4	16,9	79,4	19,6	1,0	20,6	100,0
Variação real⁵							
Trimestre anterior	1,4	1,4	1,4	1,4	1,2	1,4	1,4
Igual trimestre ano anterior	17,7	33,2	20,7	13,3	-7,5	12,1	18,8
No ano	3,2	7,5	4,1	2,1	-5,2	1,7	3,6
Em % do PIB							
2º Trimestre 2022	53,9	12,9	66,9	17,6	1,1	18,7	85,5
1º Trimestre 2023	53,9	14,6	68,5	16,9	0,9	17,8	86,4
2º Trimestre 2023	53,0	14,4	67,4	16,6	0,9	17,5	84,7

Fonte: BCB. Elaboração IEDI

Notas:

- Inclui Operações de crédito do sistema financeiro nacional (SFN) bem como empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil; Operações de crédito dos fundos de pensão, de consórcios e das empresas do grupo BNDES; e Operações de crédito de fundos constitucionais não incluídos na carteira do SFN e empréstimos do FIES (Fundo de Financiamento Estudantil).
- Títulos emitidos no mercado doméstico (debêntures e notas comerciais), bem como parcela de certificados de recebíveis imobiliários (CRI) e do agronegócio (CRA) e da carteira dos fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), em que os créditos utilizados como lastro são dívidas do setor de empresas e do setor de famílias. Exclui títulos detidos por não-residentes.
- Em sua maior parte refere-se a empréstimos tomados no exterior. Inclui ainda títulos emitidos no exterior por entidades sem fins lucrativos a serviço das famílias.
- Inclui títulos emitidos no exterior e títulos emitidos no mercado domésticos denominados e liquidados em reais detidos por não residentes.
- Saldos em final de período, deflacionados pelo IPCA. Variações com base no último mês de cada trimestre.

Já a dívida externa do setor privado não financeiro registrou variação real positiva de 12,1% frente ao 2º trimestre de 2022 e de 1,4% na comparação com o 1º trimestre de 2023.

Esse resultado reflete o aumento real de 13,3% no estoque dos empréstimos externos, o qual, foi, em parte, contrabalançado pela retração dos saldos das operações com títulos de dívida no mercado internacional (-7,5% frente igual trimestre do ano anterior).

Além do contexto de elevação dos juros nas principais economias desenvolvidas que desestimula as emissões de títulos de dívida nos mercados internacionais, a variação negativa no saldo dos títulos de dívida direto reflete igualmente a apreciação cambial da ordem de 5,4% verificada em junho de 2023.

O saldo do crédito ampliado a empresas atingiu R\$ 5,1 trilhões (equivalente a 50,9% do PIB) no segundo trimestre de 2023, com alta de 17,3% frente a igual trimestre de 2022, impulsionada, principalmente, pelos aumentos reais de 33,5% do estoque de títulos de dívida emitidos no mercado doméstico (debêntures, notas comerciais e recebíveis imobiliários e do agronegócio) e detidos por residentes e de 12,3% na carteira de empréstimos e financiamento do sistema financeiro.

No ano, o estoque de títulos de dívida emitidos no mercado doméstico registra alta de 7,1% frente ao último mês de 2022. Cabe assinalar que os títulos de dívida direta já respondem por 41,3% (ante 37,2% no 2º trimestre do ano anterior) do crédito ampliado concedido às empresas no mercado doméstico.

Crédito ampliado ao setor privado corporativo não financeiro no 1º Trimestre de 2023

	Mercado doméstico			Dívida Externa			Total
	Empréstimos e Financiamento ¹	Títulos de Dívida ²	Total Doméstico	Empréstimos	Títulos ³	Total externo	
Saldos em valores reais⁴							
2º Trimestre 2022	1.756,2	1.040,3	2.796,5	1.449,6	92,9	1.542,6	4.339,1
1º Trimestre 2023	1.943,6	1.369,3	3.312,9	1.617,8	86,0	1.702,8	5.016,7
2º Trimestre 2023	1.971,7	1.389,1	3.360,8	1.641,1	87,2	1.727,4	5.089,2
Participação relativa							
2º Trimestre 2022	40,5	24,0	64,4	33,4	2,1	35,6	100,0
1º Trimestre 2023	38,7	27,3	66,0	32,2	1,7	33,9	100,0
2º Trimestre 2023	38,7	27,3	66,0	32,2	1,7	33,9	100,0
Varição real⁴							
Trimestre anterior	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4
Igual trimestre ano anterior	12,3	33,5	20,2	13,2	-6,1	12,0	17,3
No ano	0,5	7,1	3,1	2,0	-4,9	1,5	2,6
Em % do PIB							
2º Trimestre 2022	21,0	12,4	33,5	17,3	12,4	18,7	51,9
1º Trimestre 2023	20,0	14,1	34,1	16,7	14,1	17,8	51,7
2º Trimestre 2023	19,7	13,9	33,6	16,4	13,9	17,5	50,9

Fonte: BCB. Elaboração IEDI

Notas:

1. Inclui Operações de crédito do sistema financeiro nacional (SFN) bem como empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil; Operações de crédito dos fundos de pensão, de consórcios e das empresas do grupo BNDES; e Operações de crédito de fundos constitucionais não incluídos na carteira do SFN e empréstimos do FIES (Fundo de Financiamento Estudantil).
2. Títulos emitidos no mercado doméstico (debêntures e notas comerciais), bem como parcela de certificados de recebíveis imobiliários (CRI) e do agronegócio (CRA) e da carteira dos fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), em que os créditos utilizados como lastro são dívidas do setor de empresas. Exclui títulos detidos por não-residentes.
3. Inclui títulos emitidos no exterior e títulos emitidos no mercado domésticos denominados e liquidados em reais detidos por não residentes.
4. Saldos em final de período, defacionados pelo IPCA. Variações com base no último mês de cada trimestre.

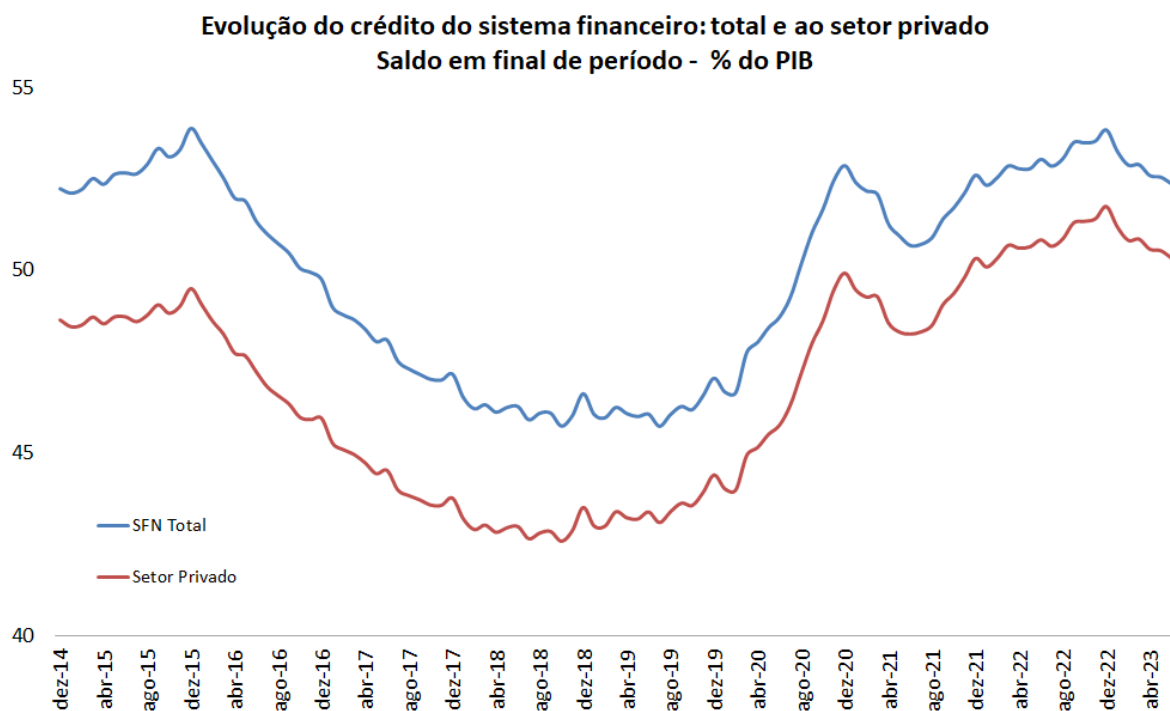
No que se refere à dívida externa corporativa, observa-se crescimento real da ordem de 12% no estoque de crédito das empresas na base de comparação interanual. Esse resultado foi impulsionado pela modalidade empréstimos, responsável por 95% da dívida externa corporativa, que registrou aumento real de 13,2%, compensando a retração da ordem de 6,1% no saldo de crédito captado sob a forma de emissão de títulos de dívida no exterior.

Já o crédito ampliado às famílias alcançou R\$ 3,4 trilhões no 2º trimestre de 2023, com aumento real de 21,1% na comparação com igual trimestre do ano precedente, em decorrência do forte incremento nos empréstimos do SFN (21,5%), que respondem por 93% do total das operações de crédito ampliado pactuadas com as famílias.

Evolução do estoque de crédito do SFN

No 2º trimestre de 2023, o saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) se manteve em trajetória de expansão, alcançando R\$ 5,1 trilhões (equivalente a 52,3% do PIB), com variação real de 1,6% frente o trimestre imediatamente anterior e de 19,1% na comparação com igual trimestre de 2022.

Do estoque total de crédito do SFN, 96,1% se referem aos créditos concedidos ao setor privado (R\$ 5,0 trilhões, equivalente a 50,3% do PIB).

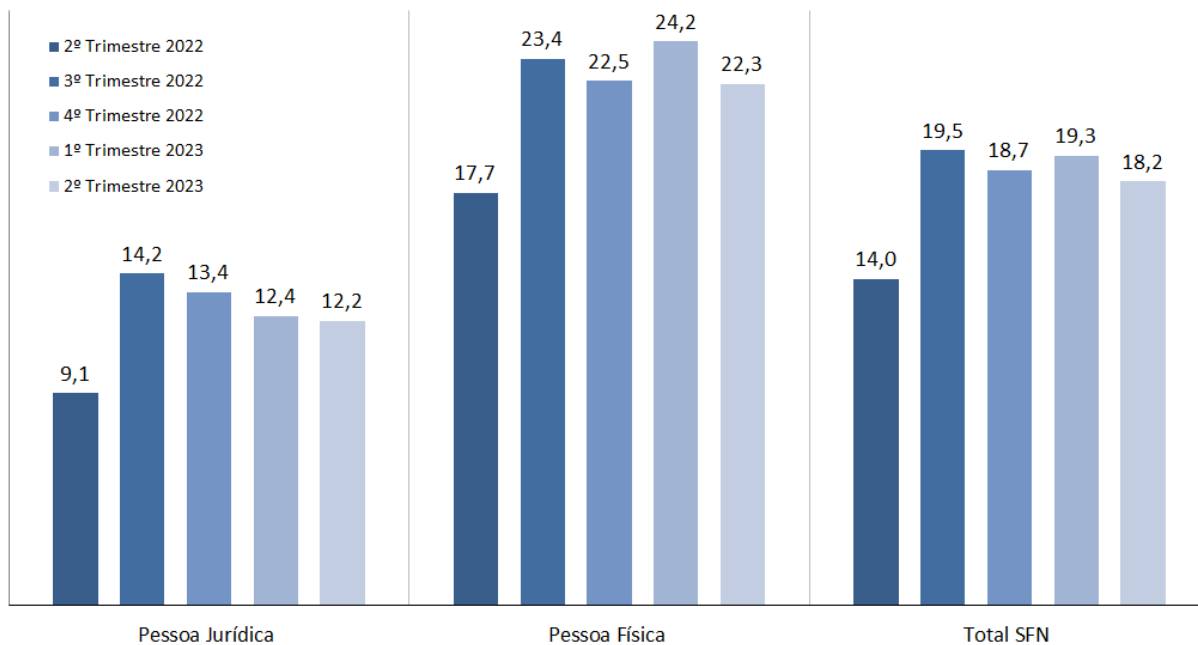


Fonte: BCB. Elaboração IEDI.

Na comparação interanual, observa-se, no 2º trimestre de 2023, uma desaceleração do ritmo de crescimento do saldo do crédito total do sistema financeiro (-1,1p.p.), puxado pelo recuo de 1,9p.p. na taxa de expansão da carteira de crédito concedido às pessoas físicas não obstante o aumento real de 22,3% ante o 2º trimestre de 2022.

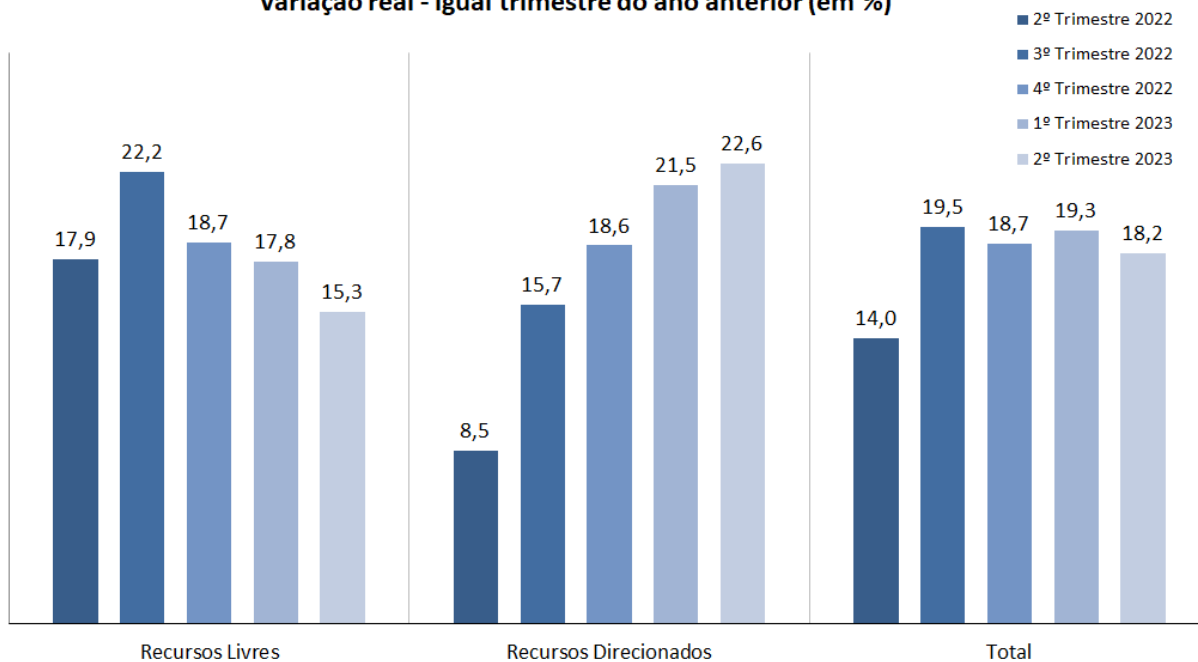
O saldo das operações com pessoas jurídicas manteve-se, por sua vez, na trajetória de arrefecimento iniciada no 4º trimestre, registrando aumento real de 12,2% (ante variação real de +13,4% no 4º trimestre de 2022 e de 12,4% no 1º trimestre de 2023, respectivamente) na mesma base de comparação.

Evolução do estoque de crédito do sistema financeiro
Varição real - Igual trimestre do ano anterior (em %)



Fonte: BCB. Elaboração: IEDI.

Evolução do estoque de crédito do SFN por origem dos recursos
Varição real - Igual trimestre do ano anterior (em %)



Fonte: BCB. Elaboração: IEDI.

No que se refere à origem dos recursos, o saldo das operações com recursos livres atingiu R\$ 3,1 trilhões no 2º trimestre do corrente ano, com aumento real de 16,3%, frente a igual período do ano anterior. Contudo, não obstante o crescimento a dois dígitos, a carteira de crédito com recursos livres se manteve em trajetória de desaceleração nessa base de comparação (-2,5p.p. frente ao primeiro trimestre de 2023).

Em contraste, ainda na base de comparação interanual, as operações com recursos direcionados mostraram aceleração no 2º trimestre de 2023, com aumento real de 22,6% (1,1p.p. acima do verificado no trimestre anterior), ainda que o saldo dessa carteira tenha se mantido no patamar de R\$ 2,1 trilhões.

Frente ao 1º trimestre de 2023, o saldo das operações de crédito com recursos livres registrou alta de 1,9% no período de abril a junho 2023, enquanto o saldo da carteira de crédito com recursos direcionados subiu 2,3% em termos reais.

O saldo da carteira de crédito com recursos livres às pessoas físicas atingiu R\$ 1,8 trilhão, com crescimento real de 19,9% frente ao 1º trimestre de 2022 e de 1,9% na comparação com o trimestre precedente. No período janeiro a junho de 2023, essa carteira registrou alta de 5,2% em termos reais na comparação com o ano anterior.

Crédito do sistema financeiro ¹ por origem dos recursos							
	Recursos Livres			Recursos Direcionados			Total
	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	Total	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	Total	
Saldos em valores reais							
2º Trimestre 2022	1.208,1	1.473,9	2.682,0	616,9	1.132,3	1.749,1	4.431,1
1º Trimestre 2023	1.301,2	1.734,4	3.035,5	704,1	1.391,4	2.095,4	5.131,0
2º Trimestre 2023	1.324,4	1.767,6	3.092,0	723,2	1.420,7	2.144,0	5.236,0
Participação relativa							
2º Trimestre 2022	27,3	33,3	60,5	13,9	25,6	39,5	100,0
1º Trimestre 2023	25,4	33,8	59,2	13,7	27,1	40,8	100,0
2º Trimestre 2023	25,3	33,8	59,1	13,8	27,1	40,9	100,0
Variação real²							
Trimestre anterior	1,8	1,9	1,9	2,7	4,2	2,3	2,0
Igual trimestre ano anterior	9,6	19,9	15,3	17,2	25,5	22,6	18,2
No ano	-0,4	5,2	2,7	3,6	6,4	5,4	3,8
Em % do PIB³							
2º Trimestre 2022	14,5	17,6	32,1	7,4	13,5	20,9	53,0
1º Trimestre 2023	13,4	17,9	31,3	7,3	14,3	21,6	52,9
2º Trimestre 2023	13,2	17,7	30,9	7,2	14,2	21,4	52,3

Fonte: BCB. Elaboração IEDI

Notas:

1. Saldos em final de período das operações de crédito do sistema financeiro nacional (SFN) ao setor privado e ao setor público. Os valores foram deflacionados pelo IPCA.

2. Variações com base no último mês de cada trimestre.

3. PIB acumulado nos últimos doze meses

O crescimento das modalidades de crédito com recursos livres às pessoas físicas foi disseminado, com destaque para cartão de crédito parcelado (+52,7% ante ao igual trimestre

de 2022), cartão de crédito rotativo (+29,8%), crédito consignado (+19,1%), aquisição de veículos (+17,6%) e crédito pessoal não consignado (+16,3%). Menciona-se ainda a forte elevação do saldo da modalidade cheque especial (+23,4%), não obstante sua pequena participação nessa carteira (1,8%).

O saldo da carteira de crédito com recursos livres às pessoas jurídicas se manteve no patamar de R\$ 1,3 trilhão no 1º trimestre de 2023, com variação real de +9,6% frente a igual trimestre do ano anterior e de 1,8% ante ao trimestre precedente. No ano, o estoque dessa carteira registrou uma pequena variação negativa (-0,4p.p.) na comparação com final do ano de 2022, em reflexo da maior aversão ao risco do SFN observado nas operações com pessoas jurídicas em razão da fraude contábil das Lojas Americanas e do aumento do número de falências.

Na base de comparação interanual, entre as principais modalidades de crédito com recursos livres para pessoas jurídicas, que impulsionaram essa carteira nesse 2º trimestre, destacam-se: cartão de crédito total (40,5%), aquisição de veículos (+27,5%), aquisição de outros bens (+22,0%) e cheque especial (14,1%).

A modalidade de capital de giro, que detém a participação (33,4%) mais expressiva no segmento de crédito corporativo, registrou alta de apenas 1,7% nessa base de comparação, embora o saldo da modalidade de capital giro com inferior a 365 dias tenha registrado queda real de -20,0%. Frente ao 1º trimestre de 2023, o saldo das operações de crédito para capital de giro retraiu 1,7% em termos reais. No ano, o recuo desta modalidade foi ainda maior: -3,5% na comparação com o ano anterior.

No 2º trimestre de 2023, o saldo da carteira de operações de crédito com recursos direcionados a pessoas físicas continuou em expansão, com crescimento de 25,5% em termos reais na comparação com igual trimestre do ano anterior. Esse resultado foi impulsionado pelo expressivo aumento, sobretudo, nas modalidades de financiamento habitacional (+20,9%) e de crédito rural (+38,9%), que respondem por, respectivamente, por 65,4% e 29,3% da carteira de crédito regulamentado às pessoas físicas.

Frente ao trimestre precedente, crédito direcionado a pessoas físicas registrou alta real de 2,12%. No ano, o saldo das operações de crédito direcionado a pessoas físicas aumentou 6,4% ante igual período de 2022.

Já o saldo das operações com recursos direcionados a pessoas jurídicas alcançou R\$ 723 bilhões, com incremento real de 17,2% frente ao 1º trimestre de 2022. Esse desempenho reflete a forte expansão do financiamento imobiliário (+41,6%) e de outras operações (+31,0%).

Os créditos com recursos do BNDES, que respondem por 52,5% do estoque da carteira direcionada às pessoas jurídicas, registrou expansão real de 12,1% nessa mesma base de comparação. Na comparação com o 1º trimestre de 2023, o saldo da carteira de crédito direcionado ao segmento empresarial apresentou crescimento real de 1,8%. No período janeiro a junho, essa carteira também variação real positiva de 1,8% ante ao final do ano anterior.

Crédito do sistema financeiro ao setor privado por tipo de clientes

	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	Total
Saldos em valores reais¹			
2º Trimestre 2022	1.640,6	2.606,2	4.246,9
1º Trimestre 2023	1.807,6	3.125,8	4.933,4
2º Trimestre 2023	1.844,2	3.188,3	5.032,5
Participação relativa			
2º Trimestre 2022	38,6	61,4	100,0
1º Trimestre 2023	36,6	63,4	100,0
2º Trimestre 2023	36,6	63,4	100,0
Varição real²			
Trimestre anterior	2,0	2,0	2,0
Igual trimestre ano anterior	12,4	22,3	18,5
No ano	0,7	5,7	3,8
Em % do PIB³			
2º Trimestre 2022	19,6	31,2	50,8
1º Trimestre 2023	18,6	32,2	50,8
2º Trimestre 2023	18,4	31,9	50,3

Fonte: BCB. Elaboração IEDI

Notas:

1. Saldos em final de período deflacionados pelo IPCA.
2. Variações com base no último mês de cada trimestre.
3. PIB acumulado nos últimos doze meses

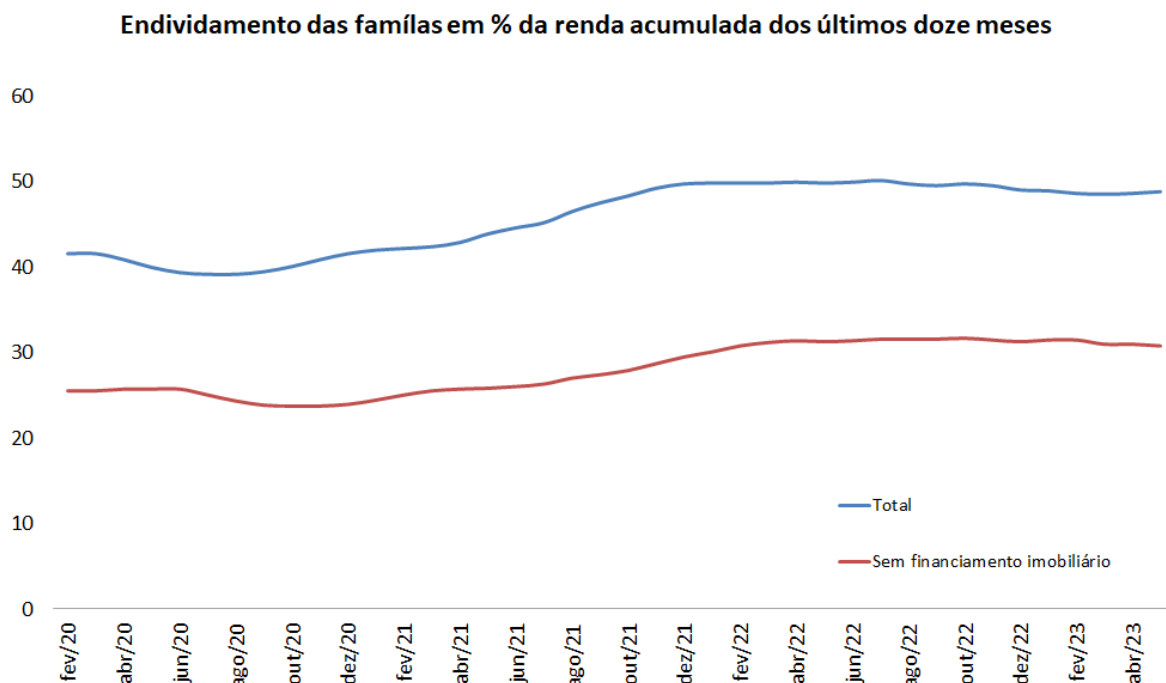
No período abril-junho de 2023, o estoque dos créditos concedidos ao setor privado registrou alta de 18,5% em termos reais frente a igual trimestre de 2022, impulsionada pelo expressivo crescimento do saldo da carteira de pessoas físicas (+22,3%), em ritmo bem superior ao saldo da carteira de pessoas jurídicas (+12,4%). O maior dinamismo das operações

com as pessoas físicas, que são relativamente mais simples de avaliar e mais lucrativas para as instituições financeiras, acarretou a ampliação em 2p.p da participação dessa carteira no estoque total de crédito ao setor privado.

Na comparação com o 1º trimestre do ano em curso, o saldo real das operações de crédito do SFN com os clientes do setor privado cresceu 2,0% no 2º trimestre. Ambas as carteiras registraram igual incremento real (2%) nessa base de comparação, razão pela qual as participações relativas no saldo total de crédito do SFN permaneceram inalteradas: 36,6% da carteira de pessoas jurídicas e 63,4% da carteira de pessoas físicas.

Nos seis primeiros meses do ano de 2023, o estoque de crédito do SFN ao setor privado registrou alta de 3,8% na comparação com o final do ano precedente. Esse resultado foi impulsionado pelo maior dinamismo das operações de crédito com as pessoas físicas (5,7%).

Nas estatísticas disponibilizadas pelo BCB, o último dado disponível sobre o endividamento das famílias em relação à renda acumulada nos últimos doze meses é o do mês de maio de 2023.



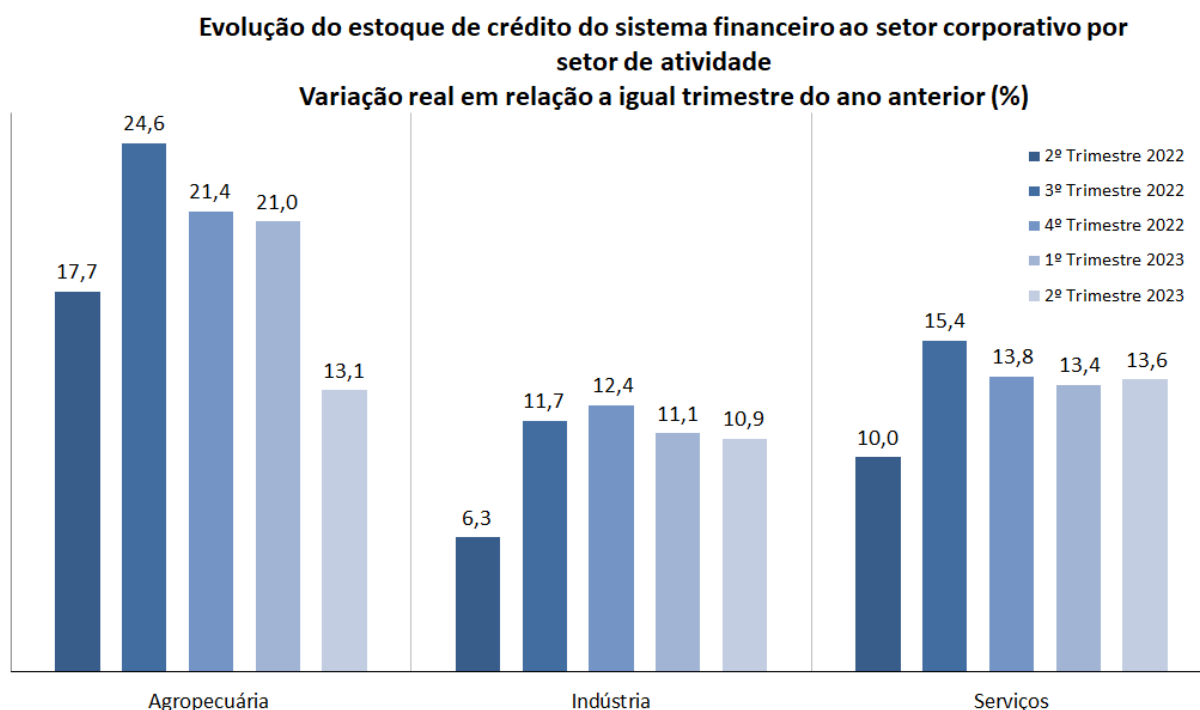
Fonte: BCB. Elaboração IEDI.

A análise da evolução desse indicador mostra que o endividamento das famílias registra ligeira alta no período recente. Depois de permanecer relativamente estabilizado no patamar de 50% entre os meses de janeiro e novembro de 2022, não obstante a elevação das taxas de juros ativas do SFN, o indicador do endividamento das famílias recuou para 48,5% em março de 2023, voltando a registrar pequeno incremento de +0,3p.p. no mês de maio (48,8%).

Quando se exclui o financiamento imobiliário, o endividamento das famílias se mantém inalterado no patamar de 31% desde fevereiro de 2022, a despeito do aumento do custo do crédito, na esteira da subida da taxa básica de juros (Selic), em 3p.p. pelo BCB, entre março e agosto de 2022, e sua manutenção desde então em 13,75% ao ano.

Evolução do crédito corporativo por setor econômico e porte da empresa

No 2º trimestre de 2023, na base de comparação interanual, os estoques de crédito concedidos pelas instituições financeiras aos três principais setores econômicos — agropecuária, indústria e serviços — registraram variação real positiva. Porém observa-se forte arrefecimento no ritmo de expansão ante igual trimestre do ano precedente na carteira das operações com o setor de agropecuária (-7,1p.p.). Já na comparação com o 1º trimestre de 2023, observa-se retração disseminada dos saldos de crédito do SFN no corte por setor de atividade.



Fonte: BCB. Elaboração: IEDI.

Na comparação interanual, as empresas do setor de serviço foram as que mais ampliaram o acesso ao crédito do SFN. O estoque de crédito contratado por esse setor, que responde por 58,8% do crédito do SFN às pessoas jurídicas, cresceu 13,6% em termos reais (+0,2p.p.) frente ao trimestre anterior. Na comparação com o trimestre imediatamente anterior, o estoque de crédito concedido às empresas do setor de serviço subiu 1,9% em termos reais. No ano, o saldo de crédito dessa carteira registrou incremento de 1,4%.

No 2º trimestre de 2023, as empresas do ramo comércio, responsáveis por 44,1% do estoque de crédito concedido ao setor de serviços, uma vez que consomem muito capital de

giro, ampliaram o acesso às operações de crédito em termos reais em todas as três bases de comparação: 13,5% na comparação interanual, 1,6% frente ao trimestre precedente e 0,7% no ano.

O estoque contratado por empresas do setor agropecuário cresceu 13,1% no 2º trimestre de 2023 frente a igual trimestre do ano anterior. Todavia, observa-se nessa base de comparação, um arrefecimento do ritmo de crescimento (-6,9p.p.) frente a taxa de variação real da carteira de crédito ao setor rural registrada no 1º trimestre do ano (21,0%).

Em razão da sazonalidade da safra agrícola, e por consequência das necessidades de financiamento do setor, o saldo das operações de crédito contratadas pelas empresas agropecuárias decresceu ligeiramente no 2º trimestre do ano quando comparado com o trimestre precedente (-0,1%). No ano, o recuo do estoque foi um pouco maior (-2,1%) ante o saldo em final de período de 2022.

Crédito do SFN por porte da empresa e por setor de atividade no 1º Trimestre de 2023

	Porte das empresas ¹		Setor de Atividade				Total ⁵
	MPMe	Grande	Agropecuária	Indústria ²	Serviços ³	Outros ⁴	
Saldos em valores reais⁶							
2º Trimestre 2022	799,8	1.025,0	36,9	720,9	1.061,5	5,5	1.824,9
1º Trimestre 2023	934,7	1.076,2	41,8	780,8	1.183,2	5,0	2.010,9
2º Trimestre 2023	954,6	1.098,0	41,8	799,2	1.205,9	5,6	2.052,6
Participação relativa							
2º Trimestre 2022	43,8	56,2	2,0	39,5	58,2	0,3	100,0
1º Trimestre 2023	46,5	53,5	2,1	38,8	58,8	0,2	100,0
2º Trimestre 2023	46,5	53,5	2,0	38,9	58,8	0,3	100,0
Varição real⁶							
Trimestre anterior	2,1	2,0	-0,1	2,4	1,9	12,7	2,1
Igual trimestre ano anterior	19,3	7,1	13,1	10,9	13,6	1,6	12,5
No ano	2,4	0,4	-2,1	1,4	1,4	1,7	1,3
Em % do PIB							
2º Trimestre 2022	9,6	12,3	0,4	8,6	7,0	0,1	21,8
1º Trimestre 2023	9,6	11,1	0,4	8,0	12,2	0,1	20,7
2º Trimestre 2023	9,5	11,0	0,4	8,0	12,1	0,1	20,5

Fonte: BCB. Elaboração IEDI

Notas:

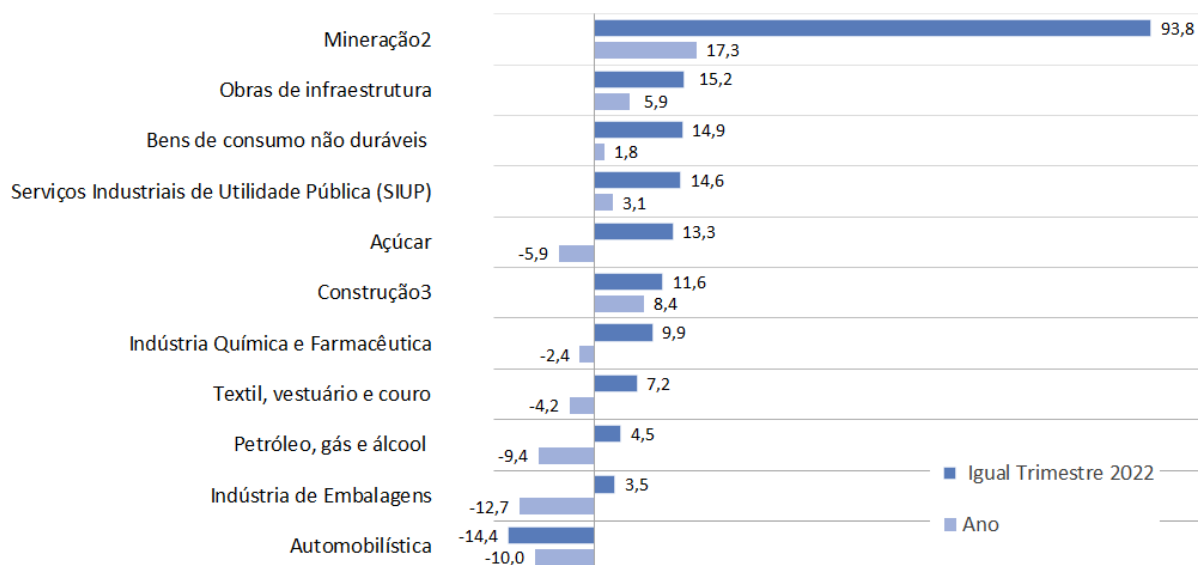
- Os critérios para classificação por porte são: Micro, Pequena e Média Empresa (MPME) - receita bruta anual até R\$300 milhões ou ativo total até R\$240 milhões; Grande Empresa - receita bruta anual acima de R\$300 milhões ou ativo total superior a R\$240 milhões.
- Inclui indústria extrativa, indústria de transformação; construção; Serviços industriais de utilidade pública (SIUP); Obras de infraestrutura.
- Inclui comércio, transporte, administração pública, serviços imobiliários, serviços de informação e comunicação, demais serviços às famílias e às empresas e serviços financeiros.
- Inclui o saldo de "Entidades no exterior" que se refere a operações com entidades com sede no exterior.
- O saldo total pode divergir das estatísticas agregadas de crédito do SFN divulgadas pelo BCB na Nota para Imprensa sobre as Estatísticas Monetárias e de Crédito.
- Saldos em final de período, deflacionados pelo IPCA. Variações com base no último mês de cada trimestre.

O saldo das operações de crédito ao setor industrial foi o que, novamente, menos cresceu frente a igual trimestre do ano anterior (+10,9%) comparativamente aos setores da agropecuária e serviços, com diminuição do ritmo de expansão (-0,3p.p.) vis-à-vis o resultado do 1º trimestre de 2023 na mesma base de comparação interanual. Frente ao trimestre

imediatamente anterior, o estoque da carteira de crédito às empresas industriais aumentou 2,4% em termos reais no período abril-junho de 2023. No ano, o saldo das operações de crédito com as empresas industriais avançou 1,4%.

Na base de comparação interanual, quatorze dos dezesseis ramos industriais registram variação positiva em seus estoques de crédito. Os ramos industriais que mais ampliaram seu acesso, em termos reais, aos empréstimos e financiamento na comparação interanual foram: mineração (+93,8%), obras de infraestrutura (+15,2%), bens de consumo não duráveis (+14,9%), SIUP (+14,6%), açúcar (+13,3%), construção (+11,8%), química e farmacêutica (+9,9%), têxtil e vestuário (+7,7%). Em contraste, os estoques de crédito à indústria automobilística e à indústria de papel e celulose registraram queda real de, respectivamente, 14,4% e 0,5%.

Crédito do sistema financeiro à indústria por setores de atividade selecionados no 2º Trimestre de 2023 - Saldo em fins de período - Variação real¹ (%)



Fonte: BCB. Elaboração: IEDI

Notas: 1. Valores deflacionados pelo IPCA

2. Não inclui extrações de petróleo e gás, que estão classificadas em "Petróleo, gás e álcool".

3. Refere-se à construção imobiliária, excluindo obras de infraestrutura. Inclui fabricação de insumos para a construção.

Frente ao trimestre precedente, houve aumento real nos saldos de crédito do SFN da maioria (treze) dos ramos do setor industrial no período abril a junho de 2023, com destaque para papel e celulose (+7,2%), indústria da construção (+4,9%) e indústria de obras de infraestrutura (+4,3%). No sentido oposto, entre três ramos com retração do saldo real de crédito, o maior recuo foi verificado para as empresas de embalagens (-4,0%).

No ano, metade das carteiras de crédito às empresas por ramo industrial registrou variação negativa. O saldo da carteira de crédito concedido às empresas de embalagem também foi o que mais diminuiu (-12,7%), seguida da indústria automobilística (-10,0%) e petróleo e gás (-9,4%). Em contraste, a maior ampliação real do saldo de crédito ocorreu para as empresas industriais do ramo de mineração (+17,3%).

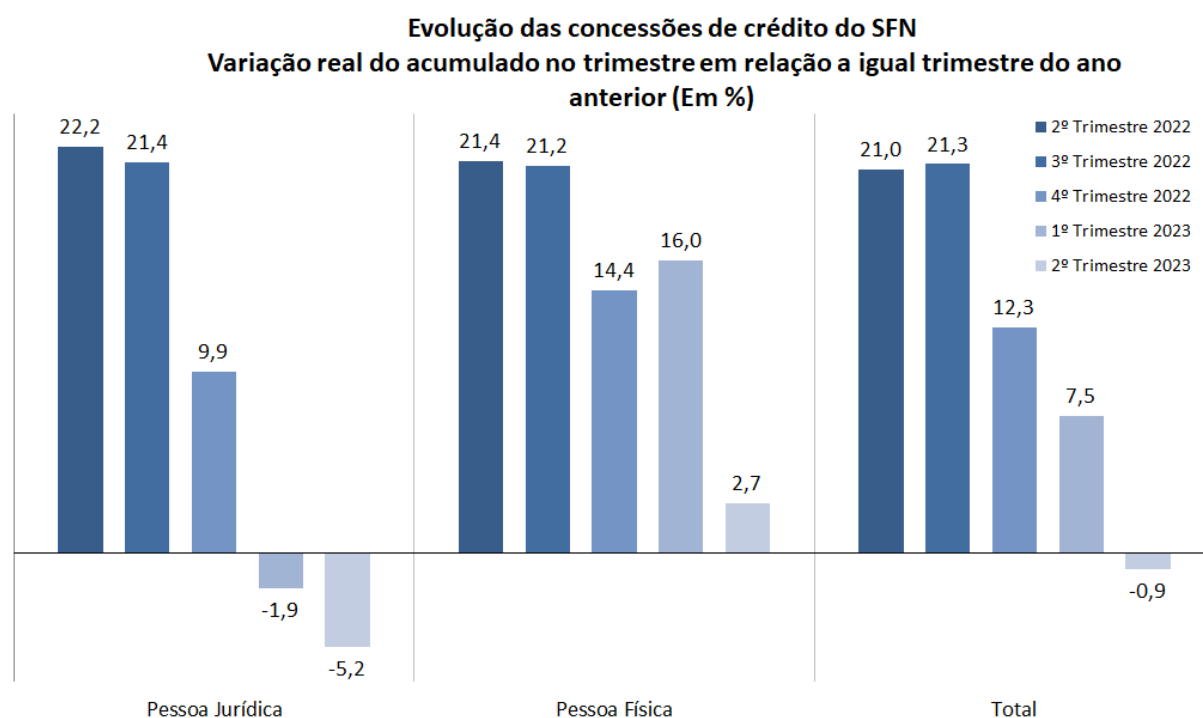
No corte por porte das empresas, as estatísticas de crédito do BCB mostram que no 2º trimestre de 2023, o estoque de crédito às empresas de menor porte cresceu 19,3% em termos reais, aumento muito superior do que registrado pela carteira de crédito às grandes empresas (+7,1%) na comparação com igual trimestre de 2022. O ritmo de crescimento da carteira de operações de crédito às MPME se intensificou ligeiramente (0,4p.p.), enquanto na carteira das grandes empresas ocorreu recuo de -0,5p.p. na base interanual.

Na comparação com o trimestre precedente, em termos reais, tanto o saldo das operações de crédito às MPME como o estoque do crédito concedido às grandes empresas registraram incremento de magnitudes semelhantes, respectivamente, 2,1% e 2,0%. No ano, ambas as carteiras registram variações positivas, com destaque para crédito às MPME (2,4%), cuja participação relativa no estoque total do crédito corporativo aumentou 1,0p.p., atingindo 47,0%.

Evolução real das concessões

De acordo com os dados divulgados pelo BCB, no 2º trimestre de 2023, as novas concessões de crédito do SFN somaram R\$1.445,2 bilhões (média mensal de R\$ 481,7 bilhões), o que representa uma diminuição real de 0,9% em relação a igual trimestre de 2022, quando deflacionado pelo IPCA mensal.

Essa retração foi impulsionada pelo recuo das novas operações de crédito das pessoas jurídicas (-5,2%), não inteiramente compensado pelo avanço das novas concessões de crédito às pessoas físicas (2,7%) nessa base de comparação. Cabe ressaltar, a forte desaceleração (-13,3p.p.) no ritmo de crescimento das novas concessões a pessoas físicas frente ao 1º trimestre de 2023 na comparação interanual.



Fonte: BCB. Elaboração: IEDI.

Frente ao trimestre imediatamente anterior, o volume das novas concessões totais de crédito cresceu 2,7% em termos reais no 2º trimestre, refletindo o aumento tanto das novas operações de crédito com pessoas jurídicas (4,0%) como com pessoas físicas (1,7%). Com intensificação do ritmo de concessão de crédito às empresas, a participação dessa carteira no total subiu 0,6p.p., alcançando 43,9%.

No período janeiro a junho de 2023, o volume total de novas operações de crédito do SFN registrou variação real positiva da ordem de 3,1% frente igual período do ano anterior, impulsionada pelo aumento real de 8,9% das novas contratações de crédito das famílias. Em contraste, no 1º semestre do ano de 2023, as novas concessões às empresas retraíram em termos reais (-3,6%), afetadas pela fraude contábil das Americanas.

Evolução do Crédito - Concessões¹ e Juros²

	2º Trimestre 2022	1º Trimestre 2023	2º Trimestre 2023	Varição Trimestre Anterior	Varição Igual Trimestre 2022	Ano
Concessões Reais¹			R\$ bilhões			%
Total	1.458,5	1.407,6	1.445,2	2,7	-0,9	3,1
Pessoa Jurídica	669,4	610,1	634,8	4,0	-5,2	-3,6
Pessoa Física	789,3	797,4	810,7	1,7	2,7	8,9
Recursos Livres	1.312,8	1.275,1	1.316,6	3,3	0,3	3,1
Recursos Direcionados	145,8	132,5	128,7	-2,8	-11,7	2,4
Taxas Médias de Juros Reais			% a.a.			p.p.
Total	14,3	24,8	27,3	2,5	13,0	11,9
Pessoa Jurídica	7,3	15,5	16,4	0,9	9,1	8,6
Pessoa Física	18,4	29,7	32,8	3,2	14,4	13,2
Recursos Livres	23,6	36,9	39,8	2,9	16,2	15,0
Recursos Direcionados	-0,8	6,0	8,1	2,1	9,0	7,9
Prazos médios³			número de meses			
Total	116,9	120,6	123,6	2,9	4,6	5,6
Pessoa Jurídica	53,4	54,9	61,9	7,0	3,1	5,8
Pessoa Física	166,4	168,2	167,0	-1,2	1,3	0,9
Recursos Livres	43,5	43,4	45,0	1,6	0,7	1,1
Recursos Direcionados	206,2	209,6	213,5	4,0	5,9	6,6

Fonte: BCB. Elaboração IEDI

Notas:

1. Valores das concessões acumulados no trimestre, deflacionados pelo IPCA. Eventuais diferenças nas totalizações são resultado de arredondamento. A variação no trimestre é calculada da seguinte maneira: concessões acumuladas nos últimos três meses/concessões acumuladas nos três meses antecedentes. A variação no igual trimestre do ano anterior é concessões acumuladas nos últimos três meses/concessões acumuladas nos mesmos três meses do ano anterior, enquanto a variação no ano: concessões acumuladas nos meses do ano em curso/concessões acumuladas em igual período do ano anterior.

2. As variações dos juros são calculadas por diferença entre as médias dos trimestres.

3. As variações dos prazos médios são calculadas por diferença entre as médias dos trimestres.

No corte por origem dos recursos, no 2º trimestre de 2023, as novas contratações de crédito com recursos livres, que respondem por 90,4% das novas concessões de crédito do SFN, registraram alta de 0,3% na base de comparação interanual. Nas novas operações de crédito com recursos direcionados ocorreu uma queda acentuada: -11,70% em termos reais.

As novas concessões de crédito às pessoas físicas a partir de recursos livres totalizaram R\$ 810,7 bilhões no período abril a junho do corrente ano, com crescimento real da ordem de 6,5% na comparação interanual e de 2,9% frente ao período janeiro a março de 2023. No ano (janeiro a junho), as novas operações com famílias registraram elevação real de 10,9% ante a igual período de 2022.

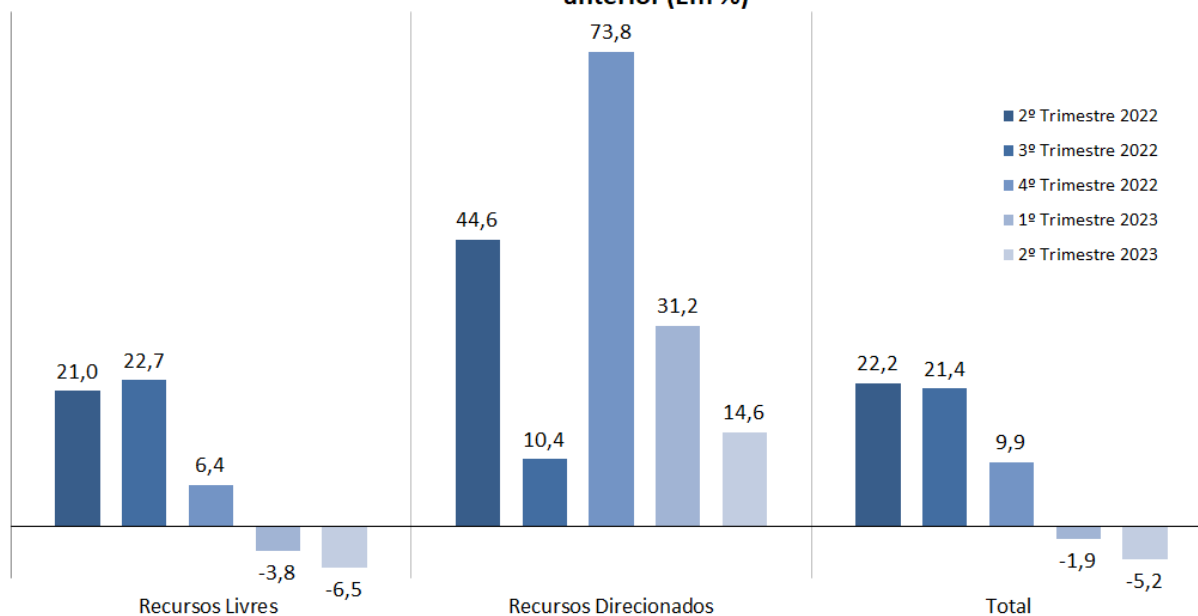
Na comparação com o 2º trimestre do ano anterior, destaca-se, entre as modalidades de concessões de crédito às pessoas físicas a partir de recursos livres, o forte aumento real das operações de cartão de crédito (+11,6%), que responde por 82,2% do total da carteira, com alta de 29,2% na modalidade parcelado e de 10,3% na modalidade rotativo. Mencione-se ainda os aumentos da modalidade crédito renegociado (+20,3%), cheque especial (+9,4%), e aquisição de veículo (+4,8%). No sentido oposto, as novas concessões nas modalidades de crédito pessoal consignado e não consignado registraram queda de -23,6% e -8,3%.

Frente ao 1º trimestre de 2023, foram poucas as modalidades de novas concessões de crédito com recursos livres às pessoas físicas que registraram expansões: aquisição de veículos (+4,0%), cheque especial (+3,2%) e cartão de crédito (+3,0%). No sentido oposto, as contrações mais expressivas ocorrem em crédito consignado (-13,8%), com destaque para o recuo das operações com os beneficiários do INSS (-23,8%), desconto de cheque (-20,9%) e arrendamento mercantil (-20,5%).

Consideradas em seu conjunto, as modalidades de crédito rotativo (cheque especial, cartão de crédito rotativo e cartão de crédito compras à vista) da carteira de crédito livre a pessoas físicas registraram alta real de 10,5%, enquanto o total das novas concessões não rotativas retraiu 8,4% em termos reais frente ao 2º trimestre de 2022. Na comparação com o trimestre imediatamente anterior, as novas concessões rotativas registram alta de 3,9%, enquanto as não rotativas contraíram 1,4% em termos reais.

As novas contratações de crédito com recursos livres no segmento de pessoas jurídicas somaram R\$ 587,6 bilhões, em termos reais, no período abril a junho de 2023, com recuo de 6,5% na base de comparação interanual e alta de 3,7% frente ao 1º trimestre de 2023. Nos primeiros seis meses do ano, o volume de novas operações livremente pactuada com as empresas caiu 5,2% em termos reais ante a igual período do ano anterior, em razão dos já mencionados efeitos-contágio da crise da Lojas Americanas.

Evolução das concessões de crédito do SFN às pessoas jurídicas
Variação real do acumulado no trimestre em relação a igual trimestre do ano anterior (Em %)



Fonte: BCB. Elaboração: IEDI.

Entre as principais modalidades de crédito com recursos livres nas novas concessões a pessoas jurídicas, os recuos mais acentuados na base de comparação interanual ocorreram em: desconto de cheque (-46,7%), financiamento de importação (-41,7%), aquisição de outros bens (-24,1%), capital de giro (-23,7%), com destaque para as modalidades com prazo superior a 1 ano (-30,4%) e com teto rotativo (-32,2%), ACC (-18,9%) e operações conhecidas como “risco sacado”: desconto de duplicata (-15,6%) e antecipação de fatura de cartão (-10,5%), particularmente afetadas pelo já mencionado efeito-contágio do rombo das Americanas.

Em contraste, na carteira de crédito livre às pessoas jurídicas as variações positivas mais expressivas no período abril a junho de 2023 frente a igual trimestre do ano anterior, foram registradas nas modalidades de repasses externos (+71,9%), financiamento de compras – Comprar (+46,1%), cartão de crédito (+39,6%), com destaque para rotativo e parcelado (+103,2%), e financiamento de vendas - Vendor (+29,0%).

Na carteira de crédito direcionado a pessoas físicas, as novas concessões somaram R\$ 81,5 bilhões no período de abril a junho do corrente ano. Essa carteira registrou contração real em todas as bases de comparação. No cotejo interanual, o recuo foi da ordem de 22,1%, enquanto na comparação com o trimestre imediatamente anterior, houve queda de 8,5% no volume do crédito direcionado às famílias. Nos seis primeiros meses do ano, a carteira acumula retração de 5,7% ante igual período do ano anterior.

Nessa carteira de crédito direcionado às famílias, as novas concessões de crédito rural, que representam 51,1% do volume de crédito concedido às pessoas físicas, registraram queda real de 22,8% frente ao 2º trimestre de 2022 e retração também em termos reais da ordem de 3,0% na comparação com o período janeiro a março de 2023, puxada pela expressiva queda das operações com taxa regulada a partir recursos de depósitos à vista e de poupança rural (-15,9%), a qual não foi compensada pelo aumento do volume de novas concessões à taxas de mercado (11,7%). Em doze meses terminados em junho de 2023, contudo, essa carteira registra alta de 24,4%. Nos seis primeiros meses do ano, o aumento real é bem mais modesto (1,3%) na comparação com igual período de 2022.

Já as novas concessões de financiamento imobiliário, modalidade que responde por 41,9% do volume de novas concessões nessa carteira, registram decréscimo real em todas as bases de comparação: de 22,6% no cotejo interanual, de 14,0% frente ao trimestre precedente, -13,5% nos seis primeiros meses do ano e -8,6% em doze meses. Esse desempenho foi influenciado pela retração dos financiamentos com recursos direcionados a partir dos depósitos de poupança e do FGTS, em razão da diminuição dessas fontes de funding.

Também a modalidade de microcrédito, as novas concessões apresentaram, em termos reais, forte contração de 33,8% em base interanual, decréscimo de 2,5% frente ao 1º trimestre de 2023 e queda de 19,3% no período janeiro a junho ante igual período de 2022. Em contraste, as novas operações do BNDES para pessoas físicas cresceram 92,8% na comparação com o 2º trimestre de 2022 e diminuição de 24,0% ante ao 1º trimestre de 2023. No ano, o volume dessa carteira aumentou 67,5% frente aos seis primeiros meses de 2022.

Na carteira de crédito direcionado a pessoas jurídicas, as novas concessões totalizaram R\$ 47,1 bilhões no 2º trimestre de 2023, com variação real positiva da ordem de 14,6% na comparação com o 2º trimestre de 2022. Frente ao trimestre precedente, essa carteira registrou aumento real de 8,8%, enquanto a alta verificada no período de janeiro a junho foi de 22,1% ante igual período do ano anterior.

Na base de comparação interanual, registraram crescimento real expressivo, as novas concessões de crédito classificados como Outros (216,1%), que inclui as composições de dívidas e os financiamentos com recursos do Pronampe, etc., seguido por financiamentos imobiliários (24,0%), com destaque para as novas concessões a taxas reguladas (55,9%) e pelas operações de crédito do BNDES para capital de giro (+129,8%), em particular para micro, pequenas e médias empresas, e agroindústria (+25,0%), em razão da ampliação e/ou reativação dessas linhas de crédito. Em contraste, registram quedas expressivas as novas operações de crédito rural (-51,5%), com destaque para retração das operações a taxa de mercado (-60,1%), e a modalidade de crédito para investimento do BNDES (-20,6%).

Frente ao trimestre imediatamente anterior, o volume de novas concessões com recursos direcionados a empresas registrou decréscimo de 25,8% também em termos reais, impulsionado pela contração observada em todas as principais modalidades: BNDES (-37,7%), com destaque para magnitude da retração na modalidade de capital de giro (-51,2%), crédito rural (-28,6%) e financiamento imobiliário (-14,7%).

As novas concessões classificadas como Outros registrou, em contraste, aumento real da ordem de 37,6% ante ao 1º trimestre de 2023. Nos seis primeiros de 2023, essas operações cresceram 171% ante igual período do ano anterior.

No que se refere ao prazo médio do agregado das novas contratações de crédito, observa-se que no 2º trimestre de 2023 houve uma pequena ampliação tanto em comparação com o trimestre imediatamente anterior (+2,6 meses) como com igual trimestre de 2022 (+4,6 meses).

Na comparação interanual, as maiores ampliações de prazo das operações de crédito ocorreram nas carteiras de pessoas jurídicas e de crédito direcionado: respectivamente, 3,1 meses e 5,9 meses. Em contraste, frente ao 1º trimestre de 2022, ocorreu extensão de prazo nas novas contratações com pessoas jurídicas (+7 meses), bem como nos segmentos de crédito direcionado (4 meses) e crédito com recursos livres (1,3 meses). Em contraposição, ocorreu encurtamento de prazo nas novas contratações com pessoas físicas (-1,2 meses).

Juros e inadimplência

No 2º trimestre do ano em curso, a taxa média de juros reais do crédito total atingiu 27,7% ao ano (a.a.), com alta de 13,0p.p. na comparação com igual trimestre do ano anterior e de 1,3p.p. ante o 1º trimestre de 2023. No corrente ano, a taxa média de juros reais do crédito total registrou aumento de 4,6p.p. frente os juros médios do final de 2022.

Nas operações com pessoas físicas, o aumento dos juros médios reais foi ainda mais expressivo: 14,4p.p., alcançando 33,4% a.a.. Nas operações com pessoas jurídicas, que se caracterizam por juros médios mais baixos, as taxas reais também subiram para 16,2% a.a., com incremento de 9,2p.p. frente 2º trimestre de 2022.

Na comparação com o trimestre imediatamente anterior, os juros reais médios na carteira de pessoas jurídicas (+0,2p.p.) subiram bem menos do que na carteira de pessoas físicas (+2,4%). Igual trajetória é observada no ano de 2023 para as taxas médias de juros reais de ambas as carteiras: +2,7p.p. para as operações de crédito às empresas e +5,2p.p. para pessoas físicas.

Esses aumentos refletem, em parte, o impacto da elevação da taxa básica de juros, que seguiu em trajetória ascendente até o mês de agosto de 2022, quando alcançou 13,75% a.a., permanecendo inalterada nesse patamar até o início de agosto de 2023.

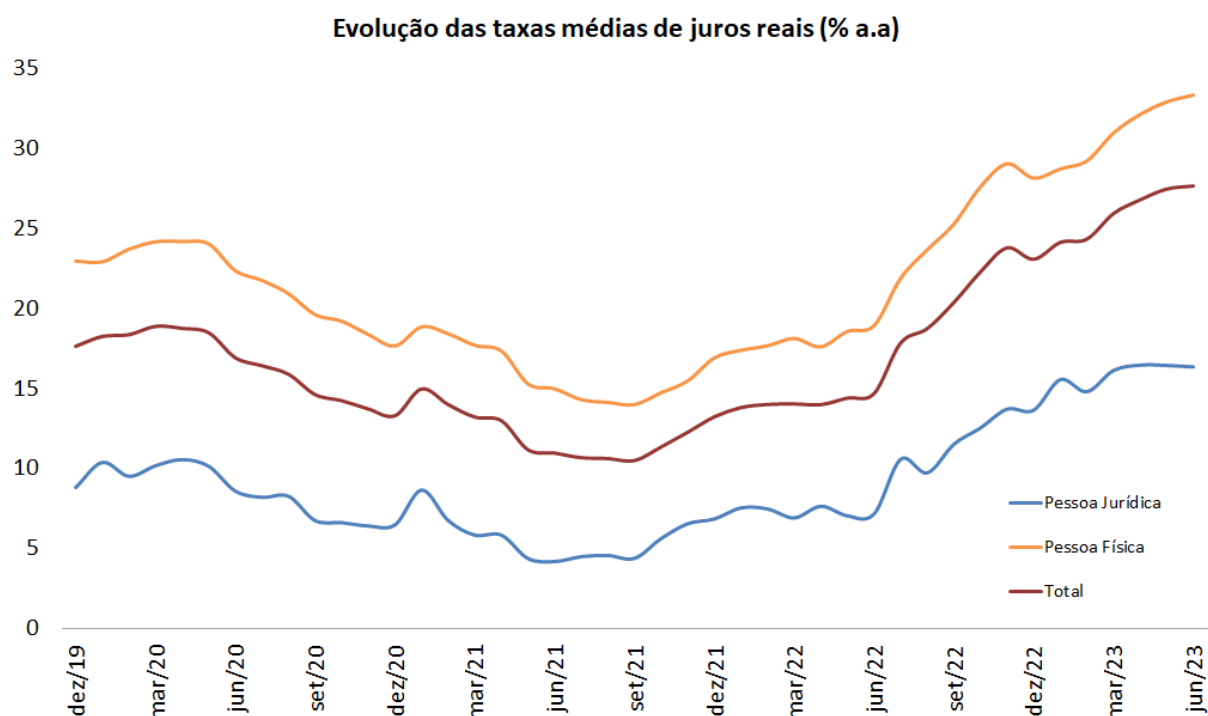
A alta dos juros reais praticados pelo SFN também expressa a maior aversão ao risco das instituições financeiras em razão das perspectivas de baixo dinamismo da economia e de deterioração das condições financeiras das empresas e das famílias, que se traduz na elevação da inadimplência.

A expressiva desaceleração da inflação no período é igualmente um fator explicativo importante da trajetória dos juros reais. Segundo o índice IPCA calculado pelo IBGE, a inflação acumulada em 12 meses recuou de 11,89% em junho de 2022 para 3,16% em junho de 2023, o que acarreta o aumento dos juros reais, dada a inalteração da taxa de juros básica (Selic) nominal.

Na base de comparação interanual, as maiores altas nos juros cobrados na carteira de crédito livremente pactuados com pessoas jurídicas foram verificadas nas modalidades de: cheque especial (+66,2p.p.), cartão de crédito (+21,7p.p.), conta garantida (+15,1p.p.) desconto de cheque (+14,5p.p.) e adiantamento de contrato de câmbio (+10,6p.p.).

Frente ao trimestre imediatamente anterior, a elevação mais expressiva da taxa média de juros reais ocorreu na modalidade cheque especial que subiu 33,1 p.p., alcançando 138,9% a.a.. Em contraposição, nessa mesma base de comparação, a maior diminuição nos juros reais

médios ocorreu na modalidade de cartão de crédito rotativo (-1,5p.p.), que encerrou o trimestre no patamar de 129,9% a.a..



Fonte: BCB. Elaboração: IEDI.

Na carteira de crédito livremente pactuado com pessoas físicas, a alta das taxas médias de juros reais foi generalizada. As modalidades que registraram as maiores altas nas taxas de juros na comparação interanual foram: cartão de crédito (+38,2p.p.) __ com destaque para as modalidades de crédito rotativo (+100,4p.p.) e crédito parcelado (+42,9p.p.), cujas taxas médias de juros reais atingiram, respectivamente, incríveis 420,8% a.a. e 187,0% a.a. __, cheque especial (+21,6p.p.) e crédito pessoal não consignado (+17,9p.p.), desconto de cheque (14,3p.p), crédito consignado aos trabalhadores do setor privado (+12,9 p.p.) e aos servidores públicos (+11,7p.p.).

Frente ao 1º trimestre de 2023, todas as modalidades de crédito livre para pessoas físicas registraram igualmente elevação dos juros médios reais nessa carteira. Os maiores aumentos ocorreram nas modalidades de cartão de crédito rotativo (+11,2p.p.) e de aquisição de outros bens (+8,3p.p.).

As taxas médias de juros reais da carteira de crédito direcionado também registraram alta tanto na comparação com o 2º trimestre de 2022 (+9,6p.p.) como frente ao trimestre

precedente (+1,5p.p.), atingindo 8,6% a.a. No ano de 2023, o incremento nos juros reais médios na carteira de crédito direcionado foi de 3,1p.p.

Crédito do sistema financeiro - Juros e Inadimplência em final de período¹

	2º Trimestre 2022	1º Trimestre 2023	2º Trimestre 2023	Varição Trimestre Anterior	Varição Igual Trimestre 2021	Ano
Taxas Médias de Juros Reais²	% a.a.			p.p.		
Total	14,7	25,9	27,7	1,7	13,0	4,6
Pessoa Jurídica	7,2	16,1	16,3	0,2	9,2	2,7
Pessoa Física	19,0	31,0	33,4	2,4	14,4	5,2
Recursos Livres	24,2	38,1	40,2	2,1	15,9	6,0
Recursos Direcionados	-1,1	7,1	8,6	1,5	9,6	3,1
Inadimplência Média	% a.a.			p.p.		
Total	2,7	3,3	3,6	0,3	0,9	0,6
Pessoa Jurídica	1,4	2,1	2,5	0,4	1,1	0,8
Pessoa Física	3,5	4,0	4,2	0,2	0,7	0,3
Recursos Livres	3,6	4,5	4,9	0,4	1,3	0,7
Recursos Direcionados	1,2	1,5	1,6	0,0	0,4	0,4

Fonte: BCB. Elaboração IEDI.

Notas:

1. Variações calculadas com base no último mês de cada trimestre.
2. Deflacionado pelo IPCA.

Na carteira de crédito direcionado às empresas, a taxa média de juros reais alcançou 8,5% a.a., com acréscimo de 8,6p.p. ante igual trimestre de 2022. Ante o 1º trimestre de 2023, os juros médios reais dessa carteira recuaram 0,6p.p., com destaque para os juros reais médios das operações de financiamento do investimento realizadas pelo BNDES, que diminuíram 1,0p.p. nessa base de comparação.

Já na carteira de crédito direcionado às famílias, a taxa média de juros reais registrou incremento de 9,9p.p. na comparação interanual e 2,1p.p. frente ao 1º trimestre de 2023, subindo para 8,6% a.a.

Nessa carteira, as altas mais expressivas na base de comparação interanual foram observadas nas modalidades de financiamento de investimento do BNDES (+14,5p.p.), crédito rural (11,1p.p.) microcrédito (+10,9p.p.) e financiamento imobiliário a taxas de mercado (+10,1p.p.). Frente ao primeiro trimestre de 2023, os juros reais médios das modalidades de financiamento de investimento do BNDES (+6,9p.p.) e de crédito rural a taxa de mercado (+2,6p.p.) registraram os maiores incrementos.

Nas novas contratações de crédito, a média real de juros no 2º trimestre de 2023 atingiu 27,3% a.a., com elevação de 13p.p. ante ao igual trimestre de 2022 e de 2,5p.p. frente ao trimestre precedente. No período janeiro a junho, a média real de juros registrou alta de 11,9p.p. ante igual período do ano de 2022.

Nas novas contratações de crédito pactuadas com pessoas jurídicas, a média real de juros no período abril a junho atingiu 16,4% a.a., com alta de 9,1p.p. na comparação com o 2º trimestre de 2022 e de 0,9p.p. ante o último trimestre de 2022.

Já nas novas concessões para pessoas físicas, a média trimestral real de juros subiu em um ritmo mais forte, atingindo 32,8% a.a. (+14,4p.p. frente ao 2º trimestre de 2022, +3,2p.p. ante o trimestre precedente).

No segmento de crédito livre às empresas, juros reais médios alcançaram 19,1% a.a., com incremento de 9,8p.p. frente ao 2º trimestre de 2022 e de 0,9p.p. ante ao trimestre precedente. O crédito corporativo direcionado também seguiu mesma trajetória, com aumento dos juros nominais sobretudo a partir da segunda metade do ano passado. Descontada a inflação (ex post), suas taxas médias chegaram a 9,1% a.a. no 2º trimestre de ano em curso, com alta de 7,7p.p. e de 1,3p.p., respectivamente, nas mesmas bases de comparação.

Já nas novas concessões para pessoas físicas, a média trimestral real de juros subiu em um ritmo mais forte, atingindo 32,8% a.a. (+14,4p.p. frente ao 2º trimestre de 2022, +3,2p.p. ante o trimestre precedente). No segmento de crédito livremente pactuado às famílias, os juros médios reais trimestrais atingiram 43,4% a.a., com acréscimo de 17,8p.p. no cotejo com igual trimestre de 2022 e de 1,8p.p. frente ao 1º trimestre do corrente ano. Nas novas operações de crédito na carteira de crédito às famílias, os juros médios reais registraram alta de 9,9p.p. na comparação interanual e de 2,7pp., alcançando 7,8% a.a.

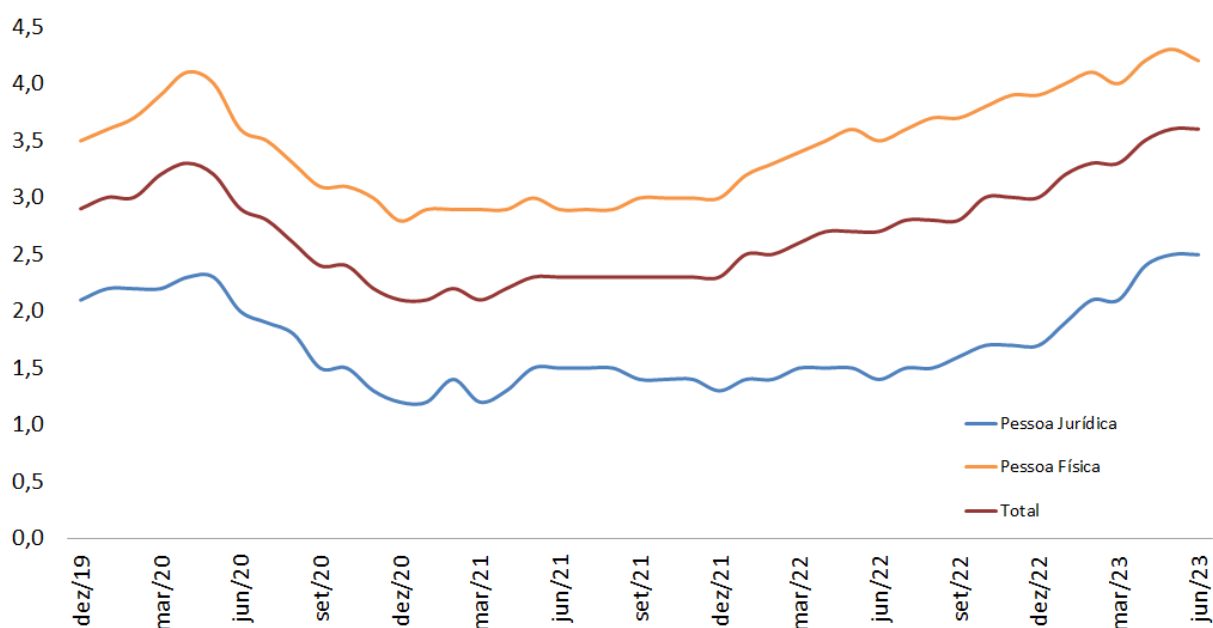
No contexto de juros em elevação e atividade econômica fraca e em desaceleração, parte das empresas e das famílias tiveram dificuldade para honrar seus compromissos financeiros.

Em consequência, a inadimplência do crédito total do SFN, que considera os atrasos superiores a noventa dias, registrou alta de 0,3p.p. no 2º trimestre ante o trimestre anterior, de 0,9p.p. frente a igual período do ano anterior e 0,6% no ano, alcançando 3,6%.

A alta da inadimplência observada na comparação interanual reflete a ampliação dos atrasos superiores a 90 dias tanto nas operações de crédito com pessoas jurídicas (+1,1 p.p.) como na carteira de crédito com pessoas físicas (+0,7p.p.). Na comparação com o trimestre precedente, a taxa de inadimplência das famílias também registrou menor incremento

(+0,2p.p.) do que a das empresas (+0,4p.p.), possivelmente em virtude do aumento dos rendimentos associados à desaceleração da inflação e à ampliação dos valores dos benefícios do novo programa Bolsa Família.

Evolução da Inadimplência (em %)



Fonte: BCB. Elaboração: IEDI.

Na carteira de crédito com juros livremente pactuado, a inadimplência média total no primeiro trimestre de 2023 atingiu 4,9%, impulsionada pela alta da inadimplência das pessoas jurídicas, que subiu 1,4p.p. frente a igual trimestre de 2022, se elevando a 3,1%. A inadimplência na carteira de crédito livre às famílias (6,9%) permaneceu bem superior ao da carteira de crédito livre com as empresas, com aumento de 1,1p.p. nessa base de comparação.

Na carteira de crédito às famílias, destaca-se a inadimplência na modalidade de cartão de crédito rotativo que chegou a 49,1% (+8,2p.p. na comparação interanual e -3,1p.p. frente ao 1º trimestre de 2023). As modalidades de crédito renegociado e de cheque especial também apresentam taxas de inadimplência a dois dígitos: 18,70% e 13,0%, respectivamente. Em ambas as modalidades, a inadimplência subiu no 2º trimestre de 2023 tanto na comparação interanual (+4,5p.p. e +1,5p.p.) como ante o trimestre imediatamente anterior (+2,8p.p. e +0,6p.p.).

Já na carteira de operações de crédito livre às empresas, o maior aumento da inadimplência foi verificado em capital de giro com prazo inferior a um ano (3,4p.p. na comparação interanual e 3,0p.p. ante o trimestre precedente), subindo a 5%. Nessa carteira, destaca-se ainda a elevada inadimplência na modalidade de cheque especial (15,3%), que aumentou 2,3p.p. na comparação com igual trimestre do ano anterior e 0,2p.p. ante o 1º trimestre de 2023,

Nas operações de crédito direcionado, a taxa de inadimplência registrou um pequeno aumento (+0,4 p.p.) na base de comparação anual e permaneceu praticamente inalterada ante o trimestre precedente, atingindo 1,6%, puxado pela elevação da inadimplência das pessoas jurídicas (+0,6p.p. e de +0,1p.p., respectivamente, nas mesmas bases de comparação).

Nas operações de crédito direcionado com as famílias, a taxa média de inadimplência ficou relativamente estabilizada em 1,6%, a despeito do forte aumento dos atrasos acima de 90 dias na modalidade de microcrédito, que atingiu 21,5% (+17,2p.p. na comparação interanual e +0,5p.p. frente ao último trimestre de 2022).

No corte por porte de empresas, a inadimplência média das MPME alcançou 3,9% no 2º trimestre de 2023, com alta de 1,3p.p. frente a igual trimestre do ano anterior, de 0,3p.p. ante o trimestre imediatamente anterior e de 0,6p.p. no ano. Já a inadimplência média das grandes empresas subiu para o patamar de 1,1%, registrando acréscimo de 1,0p.p. na comparação com o 2º trimestre de 2022 e de 0,6p.p. frente ao trimestre precedente.